

# O Sistema de Organização Modular de Ensino Saberes Sociais, processos formativos e as implicações das metamorfoses do mundo do trabalho, na perspectiva de jovens estudantes trabalhadores

**Airton Pereira Pantoja<sup>1</sup>**  
**Adelmo Viana Wanzeler<sup>2</sup>**  
**Denise dos Santos<sup>3</sup>**

Resumo: No presente trabalho investigamos como se realiza dialeticamente, nos processos formativos do Ensino Médio do Sistema Modular de Ensino do Estado do Pará (SOME), no contexto rural do Município de Cametá, a articulação entre Saberes Sociais dos Jovens matriculados nesse Ensino Médio – fruto da rede de relações resultantes da unidade trabalho-educação por eles vivenciada – e as metamorfoses do mundo do trabalho, decorrentes do modo de produção capitalista, também presentes nesse Sistema Modular de Ensino, por meio de valores, atitudes, habilidades e conhecimentos, que se materializam em procedimentos de ensino, nos processos de avaliação, nas perspectivas curriculares desenvolvidas nas atividades docentes aí realizadas.

Palavras-chave: Saberes Sociais. Educação. Juventude.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado parcial de pesquisa a partir do plano de trabalho em vigência, busca-se analisar o desenvolvimento do Ensino Médio na zona rural de Cametá, município do estado do Pará, partindo do Sistema Modular de Ensino – SOME – da Secretaria Estadual de Educação, investigando as Metamorfoses do Mundo do Trabalho, Saberes Sociais e Processos Formativos do Ensino Médio do Sistema Modular de Ensino do Estado do Pará – SOME - a perspectiva de jovens estudantes trabalhadores, resultante de um projeto maior de pesquisa: Saberes Sociais e as Metamorfoses do Mundo do Trabalho nos Processos Formativos do Ensino Médio Realizado pelo Sistema Modular de Ensino (SOME – Seduc/Pa) Na Zona Rural do Município de Cametá – Nordeste do Estado do Pará.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Pedagogia 2017 – intensivo – da UFPA – Campus Universitário do Tocantins/Cametá; E-mail: tec.airtonpp@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Pedagogia 2016 – extensivo – da UFPA – Campus Universitário do Tocantins/Cametá; E-mail: adelmowanz@gmail.com.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Letras Língua Portuguesa 2015 – intensivo – da UFPA – Campus Universitário do Tocantins/Cametá; E-mail: nisessantos@gmail.com.

Isto posto, ressaltamos a importância do SOME para o desenvolvimento da educação em nosso país, haja visto que ainda faltam melhorias, mas o sistema contribui de forma expressiva para que muitos jovens e até mesmo adultos (pais de família) prossigam seus estudos, sendo necessário a compreensão de como se dá a relação trabalho e educação, pois a maioria dos estudantes desta modalidade de ensino tem suas atividades de trabalho, seja com seus familiares ou de outra forma, e estudar e trabalhar ao mesmo tempo tem todos os seus impasses, nesse sentido analisaremos o SOME e o Ensino Médio e suas transformações.

É de muita relevância estudar e analisar essa área do conhecimento, haja visto que no decorrer dos tempos houveram diversas transformações no sistema do ensino médio no Brasil, observa-se atualmente uma mudança que vem desde 2016, proposta pela Medida Provisória (Nº 746/16). Entretanto é indiscutível que todas essas transformações impactam diretamente na vida dos estudantes Brasileiros. Partindo dessa análise é que faz abrir os olhos e investigar a fundo numa ótica dialética metodológica no que implica essas transformações e estar apresentando os resultados obtidos desta pesquisa até o momento.

## **2. JUSTIFICATIVA**

É de suma importância avançar nas pesquisas sobre a relação juventude trabalho e educação no sentido de analisar a questão dos saberes sociais e as metamorfoses do mundo do trabalho nos processos formativos do ensino médio realizado pelo sistema modular de ensino (SOME – SEDUC/PA) na zona rural do município de Cametá – nordeste do estado do Pará. Para tanto, através do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e educação (GEPTE), no qual desenvolvo um plano de trabalho direcionado a essa temática, percebemos a necessidade de adentrar ainda mais nas pesquisas para uma melhor compreensão e assim apresentar resultados inerentes à mesma. Desta forma, buscamos analisar de que forma incide as metamorfoses do mundo do trabalho na perspectiva do Sistema de organização Modular de Ensino SOME no Município de Cametá/Pá, no sentido de ponderar como o SOME impacta na vida dos jovens estudantes trabalhadores deste município, para tanto, sendo necessário fazer um levantamento de informações junto à secretaria Estadual de Educação e com os jovens estudantes/egressos do SOME.

Nessa perspectiva, justifico meu interesse no eixo temático: GT 2 - Trabalho, Educação e Movimentos Sociais na Amazônia, tendo em vista que a apresentação me ajudará a amadurecer nos conhecimentos já alcançados em minha pesquisa sobre a temática e será de grande valia para a co-

munidade na compreensão de que forma é feita e acontece a organização da educação e qual o papel do Estado na organização deste sistema, o SOME, bem como, revelar a importância do SOME para o nosso município, haja visto que maior parte da população deste município é da Zona Rural (IBGE 2010). Para além do mais, será de suma importância para minha formação acadêmica enquanto pesquisador participar do XXIII Encontro Paraense dos Estudantes de pedagogia (EPEPe), enquanto estudante do Campus universitário do Tocantins/Cametá.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Rodrigues (2017) ao analisar o “ENSINO MÉDIO INTEGRADO: implicações nas práticas docentes e nas questões de gestão e financiamento público” problematizam que a efetiva materialização do Ensino Médio Integrado como fase terminal da Educação Básica pressupõe práticas docentes inovadoras, no sentido de oportunizarem a articulação entre ciência/conhecimento, cultura e trabalho para além do imediatismo produtivo engendrado pela sociedade capitalista, tomando como base Frigotto (2005), muito contribuindo também para isso o debate sobre gestão e financiamento dessa modalidade de ensino.

Os autores ainda advogam, contudo, que tais práticas devam transcender os limites do espaço escolar, buscando-se a inclusão do professor em um projeto societário que promova a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, criando-se as bases para uma sociedade para além das relações estabelecidas pelo capital, tal qual sinaliza Frigotto (2008, p. 14), para o qual:

A possibilidade desta perspectiva de fazer pedagógico reclama a capacidade de fortalecer a sociedade organizada, os sindicatos, os movimentos sociais e as diferentes manifestações culturais populares. Os educadores, isto é, aqueles que além de uma competência teórica, técnica e prática carregam uma concepção, um projeto alternativo e sociedade têm uma imensa tarefa (dentro e fora da escola) de construir uma sociedade efetivamente democrática.

Diante dessas considerações, os autores salientam que o projeto exige uma atitude docente baseada na compreensão da realidade dos alunos, da sociedade brasileira de um modo geral, participando de ações políticas que envolvam discussões sobre educação popular, financiamento público da educação e sua gestão, de modo que esse Ensino Médio possa se constituir numa

Mediação fecunda para a construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade, e conseqüentemente

uma democracia e cidadania substantivas [...]”, respondendo “[...] aos imperativos das novas bases tecnológicas da produção, preparando para o trabalho complexo (FRIGOTTO, 2005, p. 73-74).

Assim, entendem os autores que a perspectiva de Ensino Médio Integrado não se limita apenas a discussões sobre conteúdo e metodologia, envolvendo também atitudes inovadoras de gestão e financiamento público na educação pública brasileira, bem como atitude política dos docentes frente à realidade excludente criada pelo modo de produção capitalista.

Isto posto, para os propósitos deste plano de trabalho, entendemos a necessidade de analisarmos o Ensino Médio desenvolvido a partir do Sistema Modular de Ensino – SOME – da Secretaria Estadual de Educação do Pará, no contexto rural do município de Cametá, observando aspectos das metamorfoses do mundo do trabalho e seus impactos nos procedimentos de ensino, processos de avaliação e nas perspectivas de jovens estudantes trabalhadores, no sentido de se compreender, analiticamente, como a perspectiva de integração pode ou não estar se realizando nesse sistema, nos moldes propostos por Rodrigues et al (2017), aprofundando as pesquisas que tratam do Ensino Médio Integrado no campo de disputas de uma formação que se contraponha aos interesses do capital, pautado numa formação dualista, dada a divisão social do trabalho. Para tanto, objetivamos analisar essa integração a partir dos saberes sociais, resultantes da unidade trabalho-educação, vivenciados/produzidos pelos jovens matriculados no Ensino Médio do Sistema Modular de Ensino do Estado do Pará, zona rural do município de Cametá, a partir das metamorfoses do mundo do trabalho, considerando os processos de avaliação, procedimentos de ensino e ações curriculares presentes nos processos formativos do SOME.

Desta forma, analisando o Saber, no pensamento de Rodrigues (2012), estaria ligado ao indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhe para resolver problemas do cotidiano, e, portanto, em constante transformação, haja vista as diferentes necessidades vividas.

Para Grzybowski (1986), o saber social, fruto de um estar no mundo como sujeito histórico, possibilita aos trabalhadores uma participação política mais produtiva no interior de suas lutas por uma hegemonia oposta ao capital, porque lhes constitui a matéria-prima para pensar-agir sua própria organização e luta, definindo ações, concebendo estratégias, buscando alternativas outras de sociabilidade. Desta forma há necessidades de compreendermos como o Sistema Modular de Ensino - SOME impactua na vida de seus estudantes egressos, haja visto que o saber social se manifesta nestes estudantes, que são de famílias que desenvolvem algum tipo de ativida-

de de consumo próprio e comercialização para então lucrar e manter seus custos de vidas, sendo estas atividades na sua maioria artesanais produzida no interior do município de Cametá. Mas que não se resume apenas na reprodução de bens materiais, no desenvolver de suas atividades elaboram também ideias, criam representações e formam um saber que coopera com desenvolvimento social da comunidade, como afirma Damasceno:

[...] os grupos humanos na sua vida real, portanto na sua práxis cotidiana, não produzem apenas os bens materiais, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo, ideias, representações, saberes que contribuem para a reprodução e a transformação social. (DAMASCENO, 1995, p. 21).

Desta forma, não se trata apenas de uma reprodução de trabalho, mas sim da construção de saberes como conhecimento, que permite estes contribuir com o desenvolvimento social da sociedade em que vive.

#### **4. O ENSINO MÉDIO NAS TRANSES DA ATUALIDADE**

O ensino médio regular se constitui como a última etapa da educação básica, com a duração mínima de três anos, no que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) no Art. 1, que a educação deve compreender os processos formativos que se iniciam na vida familiar, na convivência humana e se desenvolvem no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Que tem por finalidade, entre outras, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (§2º, art. 35)

Desta forma, observamos tamanha importância do ensino médio para a juventude brasileira. No entanto, é necessário refletir a respeito das mudanças ocorridas nesta última etapa da educação básica, como a reforma proposta pela medida provisória (MP) nº 746 de 2016, sendo aprovada e transformada na Lei 13.415 de fevereiro de 2017, que intencionalmente buscar investir no capital humano, com a visão em maior produtividade, modernização da estrutura curricular e flexibilizando por áreas de conhecimento, e assim melhor os resultados do desempenho escolar.

Antes da aprovação da Lei nº 13.415/2017, o ensino médio segundo Krawczyk (2014, p. 26), acontece: [...] com suas quatro ou cinco horas-aula por dia, tendo sofrido poucas alterações. Não têm sido priorizadas políticas públicas para essa modalidade, ainda que represente a maioria das instituições públicas de ensino médio. Já com a reforma, após aprovação da Lei nº 13.415/2017, proposta pela presidência da república do atual governo de

Michel Temer, altera-se toda a base do ensino médio, com aumento progressivo da carga horária mínima anual de oitocentas horas prevista no inciso I do *caput*, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (§ 1º, Art. 24). Outra mudança outorgada pela Lei Nº 13.415/17 se dá pela obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio. Assim como a deposição da obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física, tornando-as facultativas no ensino médio, ficando a critério das instituições de ensino da oferta ou não das mesmas.

Todas essas mudanças acarretarão em uma divergência por parte do educando quanto a escolha da área de conhecimento, sobretudo, no processo de ensino aprendizagem, no que a mudança do ensino médio proporciona ao estudante determinar em qual área deseja se qualificar, restringindo parte do conhecimento que deveria ser absorvido, tornando-o um indivíduo limitado, e predeterminado somente a uma especificidade, ou seja, mecanizado. Pensado pelos formuladores desta reforma, como forma de prepara-los para o mercado de trabalho, no sentido de doma-los para a produção, visando o capital, a ampliação do poder e a sistematização da divisão de classes.

## **5. O SOME NO SEU CONTEXTO À REALIDADE DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ**

Quanto ao SOME, foi criado em 1980 pela FEP (Fundação Educacional do Estado do Pará) em forma de circuitos, sua homologação saiu com a resolução nº 161/82 de 03/11/82 passando a ser administrada pela SEDUC (Secretaria de Estado de Educação). Portanto, tinha como finalidade proporcionar aos alunos das classes populares do interior obtenção e conclusão de ensino médio. O mesmo funciona através de parceria entre a SEDUC e as prefeituras dos municípios, que se responsabilizam pela moradia e alimentação dos professores. Em Cametá, a escola sede do SOME é a escola Professora Osvaldina Muniz, a responsável pelo SOME no município, juntamente com a 2ª Unidade Regional de Ensino-URE. Para tanto, percebemos sua importância na fala do ex-aluno do SOME,

Olha, o SOME foi de suma importância em minha vida, pois me permitiu estudar o ensino médio, sendo que para nós do interior se torna difícil irmos até a cidade pra estudar, por que custa caro irmos todos os dias e voltar, por que não temos casa pra morar lá. Então vejo o SOME como uma oportunidade para os filhos de pobres pescadores da ilha que não tem condição de financiar os estudos de seus filhos (ENIO PANTOJA).

Percebemos a importância do Sistema Modular de Ensino, a partir da informação desse ex-aluno que obteve parte de sua formação através do SOME, no entanto há necessidade de compreendermos de que forma esses jovens estudantes na sua maioria trabalhadores são beneficiados pelo Sistema, quais impactos o SOME gerou em suas vidas, quais as transformações que ocorreram a partir deste Sistema que permitiu muitos jovens que já são em sua maioria trabalhadores e em muitos casos pessoas de famílias a estudar a última etapa da educação básica.

Para analisarmos estas transformações, serão realizadas entrevistas do tipo semiestruturada para então compreendermos estes fatos. No entanto, a entrevista do tipo semiestruturada é entendida como a possibilidade de o entrevistado esclarecer com maior abertura suas respostas diante de um guia (BOGDAN & BIKLEN, 1994) estabelecido pelo entrevistador, permitindo-se a obtenção de dados comparáveis entre vários sujeitos. Além do mais, partimos do pressuposto de que a entrevista semiestruturada possibilita informações mais profundamente desenvolvidas pelo entrevistado, porque lhe permite, a partir de uma pergunta guia, um grau maior de liberdade para discorrer sobre um tópico proposto, principalmente quando ele se encontra afetivamente envolvido com o assunto em debate (cf. MICHELAT, 1985). Ou seja, “Parte-se assim da ideia de que a pessoa interrogada é a mais apta a explorar o campo do problema que lhe é colocado, em função do que ela pensa e sente” (MICHELAT, 1985, p. 191).

Para tanto, no desenvolver da pesquisa houve necessidade de uma investigação, para então analisarmos quais localidades rurais do município de Cametá aderem ao Sistema Modular de Ensino - SOME, sendo isso feito a partir da 2ª Unidade Regional de Ensino - URE de Cametá, obtendo-se dados quantitativos sobre a presença do Sistema em boa parte das localidades e comunidades ribeirinhas, Zona rural deste município.

Desta forma, analisamos que o SOME está inserido em 21 localidades da Zona rural do município de Cametá, atendendo pessoas (jovens e não jovens) que desejam prosseguir com seus estudos, passando pela última etapa da educação básica, o que contribui para a formação de filhos e filhas de trabalhadores rurais darem continuidade de sua formação educacional. Todavia, nota-se que o SOME não atende a todas as comunidades rurais cametaenses, importunando muitos jovens e até mesmo adultos a continuidade de seu desenvolvimento educacional, como exemplo, uma comunidade que não oferece o Sistema e que está localizada distante de outra que adere ao SOME, como mostra o resultado de nossa investigação na 2ª Unidade Regional de Ensino – URE - Cametá, que as localidades que oferecem esta modalidade de ensino são: Ovídio, Biribatuba, Joroca Grande, Parurú de

Baixo, Mupi, Maú, Parurú do Meio, Marinteua, Porto grande, Juaba, Vila do Carmo, São Benedito, Belos Prazeres, Cuxipiari, Bom Jardim, Cacoal, Itanduba, Juba, Furtados, Jurubatuba e Mutuacá. É notório perceber a ausência desse sistema em uma localidade como a de Jaracuera, onde tive a oportunidade de conhecer e notar que naquela comunidade muitos de seus moradores não concluíram a última etapa da educação básica, pois as localidades em que o SOME foi implantado ficam distante, impossibilitando muitos desses jovens à obtenção do conhecimento, instigando inconscientemente esses jovens muito cedo à dedicação direta ao trabalho, produzindo alguma atividade advinda de seus familiares, como relata o professor Odinei Gonsalves Rodrigues da EMEF MARIA JOANA SANTOS, da ilha Pitiú da localidade de Jaracuera

É muito difícil para os moradores de uma localidade como o Jaracuera que é composto por setes ilhas e de extensão muito grande não ter aqui o SOME, por que quando os alunos terminam o Ensino Fundamental, quem não tem condições financeiras para ir para outra localidade ou pra cidade de Cametá tem que parar de estudar, por que aqui por perto não tem o SOME, onde eles poderiam estar cursando o ensino médio. Mas mesmo que não temos aqui fico feliz pelas localidades que tem, pois é uma forma de muitos jovens darem continuidade em seus estudos e isso é um avanço para sociedade, sendo que aqui eles tem que parar de estudar na sua maioria e logo arrumam famílias e tem que trabalhar e não dão continuidades em seus estudos (ODINEI RODRIGUES).

Nota-se, nesse relato, a ausência da educação para muitos indivíduos deste município, no entanto compreendo que há carência de políticas públicas em muitas partes não só do município de Cametá, como em todo estado, o que não consente o desenvolvimento da educação no país. Não deixando de lado a importância dessa modalidade de ensino, pois permite que muitos jovens deem prosseguimento na sua formação acadêmica, o que preocupa a comunidade em geral com finalização do Sistema Modular de Ensino - SOME.

A atual gestão do governo do Estado do Pará, considerando o ano de 2018, propôs, a partir do ano de 2017, o fim do Sistema Modular de Ensino – SOME, publicado pelo Diário Online do Estado (DOL) no dia 09 de novembro de 2016. A Finalização do SOME implicaria que cerca de 35 mil alunos vinculados poderão ficar sem aula. Denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp). Segundo a entidade, “A Seduc confirmou que a prioridade é não matricular, a partir de janeiro de 2017, alunos do 1º ano do Some”, diz a coordenadora do Some/Sintepp, Arléia Geórgia. Já as turmas do 2º e 3º anos seriam concluídas até 2018, quando o programa seria extinto.



Segundo o Sintep, o Estado não quer mais pagar a gratificação do deslocamento dos professores, ou seja, não há profissionais suficientes para manter a regularidade das aulas. Arléia cita, como exemplo, a comunidade Distrito Nova Vida, em Moju, onde o Some já foi substituído por decisão da própria comunidade. Segundo ela, dos 13 professores da grade curricular, apenas 4 frequentam a escola, deixando os alunos sem aula na maior parte do tempo.

Para tanto, a secretaria estadual de educação – SEDUC desenvolve estudos para expansão do ensino médio regular no estado, conforme nota no Diário Online do Estado (DOL). Assim, o SOME terá seu sucessor, o Sistema de Educação Interativo – SEI, que é a nova proposta do Governo para substituir o SOME, segundo o Sintep. O Sistema de Ensino Interativo (SEI) é uma modalidade de estudo EAD, ou seja, as aulas são oferecidas a distância por meio de vídeos. Isto significa que o aluno não precisa ir até um polo de apoio presencial para assistir as aulas, mas precisará ir até o polo para realizar suas provas que precisam ser presenciais. Assim sendo, cabe-nos perguntar: a) Essa nova modalidade de ensino irá suprir as demandas e expandir do ensino médio no estado? Quais impactos o SEI acomodará na sociedade paraense? O que nos resta dar continuidade nas investigações para as possíveis respostas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 1995.

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: Maria Virginia de Freitas, Fernanda de Carvalho Papa, (Org). Políticas públicas: juventude em pauta. Ação Educativa, 2003.

ARROYO, Miguel. Educação e Trabalho. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: ANPED, 1981.

AYUSO, Maria Luz; ARATA, Nicolás. De artesanos a trabajadores: dos estudios sobre la regulación de los saberes del trabajo. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 211-219, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4948>> Acesso em: 03 dez. 2014.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. Teoria e valor cultural. São Paulo, Loyola, 1994.

CARIA, Telmo et al. (Orgs.). Saber Profissional. Lisboa: Almedina, 2005.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.p. 83-105.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Notas sobre saberes da experiência e a constituição de empreendimentos econômico solidários. In: Ciências Sociais UNISINOS, v.40, n.164, jan./jun. 2004, p.139-151.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (orgs.). Ensino Médio Integrado - Concepção e Tradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo, Cortez, 1989.

GRAMSCI, A. Democracia operária: partidos, sindicatos, conselhos. Coimbra: Centelha, 1976.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeu. Debate sobre los consejos de fábrica. Barcelona: Anagrama, 1977.

GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. Contexto & Educação, UNIJUÍ, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. V.1.

Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127 - 1144, set-dez/2004.

REVISTA EDUCAÇÃO UNISINOS. Edição especial: produção e legitimação de saberes para e no trabalho. São Leopoldo: v.10, n. 2, maio/ago. 2006. RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais z-16 –Cametá/Pará. 2012. 337f. Tese (Doutorado em Educação) –UFPR, Belém. Disponível em: <[http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/tese\\_doriedson\\_pdf.pdf](http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/tese_doriedson_pdf.pdf)> Acesso em: 05 out. 2014.

RAMOS, Marise, Possibilidades e desafio na organização do currículo integrado. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSE, Mike. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SANTOS, Eloisa Helena. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 7, p. 120-130, jul/dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Saber. In: Fidalgo, Fernando; Machado, Lucília (EE.). Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho. In: Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira (Org.). Currículo e políticas públicas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003. p. 29-40.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. , v. 12, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. Educação & Sociedade, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000400004>> Acesso em: 01 out. 2014.

SANTOS, E. H. Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho. In: GONÇALVES, L. A. O. (Org.). Currículo e políticas públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 29-39.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2007.

SCHEINVAR, Estela; CORDEIRO, Denise. Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens. In: CONGRESSO TIRIBA, L. Ciência econômica e saber popular. Reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida; SP: Idéias e Livros, 2004.

TIRIBA, Lia. Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

TAVARES NETO, Y.G, et al, Estudo diagnóstico do sistema modular de ensino- SOME. Belém/pá; SEDUC/DEME,2000.

Publicação do Diário Online (DOL) disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-385232-jatene-quer-acabar-com-ensino-modular.html>